

Aprovados em concurso no Senado vão recorrer

31 JAN 1985

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os 56 aprovados em concurso público para preencher vagas de assessores parlamentares do Senado Federal, que há um ano aguardam nomeação, entram hoje com mandado de segurança na Justiça contra o "trem da alegria", a nomeação de 1.554 filhos, parentes e amigos de políticos, atendidos pelo presidente do Senado, Moacyr Dalla. Fernando Batinga, representante dos concursados, ainda acusou ontem a continuação das nomeações — só na segunda-feira foram nomeados mais de 90 agentes de segurança e outras dezenas de nomeações estão sendo efetivadas quase diariamente, por meio de documentos já assinados e que estão sendo oficializados.

"Nesta ocasião, em que o Congresso Nacional está em recesso, praticamente não há formas de controle sobre atos e publicações", afirmou Batinga, que tem recorrido a alguns senadores conhecidos para requisitar informações sobre atos novos. Os concursados estão, ainda, sofrendo ameaças físicas por parte dos privilegiados, entre eles dezenas de assessores que tiveram garantida a entrada nos quadros do Senado recentemente, sem concurso.

A Ordem dos Advogados, seção Brasília, colocou advogados à disposição dos concursados e ainda solicitará à Justiça que requeira ao Legislativo informações completas sobre as nomeações. Ontem, chegou ao Senado telegrama do presidente da OAB-DF, Maurício Correa, endereçado ao presidente do Senado, Moacyr Dalla (PDS-ES), e do primeiro secretário, senador Henrique Santillo (PMDB-GO), reclamando contra a nomeação dos aprovados em concurso público.

A íntegra do telegrama do presidente da OAB é a seguinte:

"Permita-me Vossa Excelência expor-lhe compreensível preocupação cinqüenta e seis candidatos aprovados em concurso público para assessor parlamentar Senado Federal, até hoje na expectativa aproveitamento, enquanto se processa preenchimento outras vagas sem prestação qualquer prova legal habilitação. Sensível manifestação angústia e inconformidade trazida esta presidência pelos candidatos frustrados no seu inquestionável direito, vejo-me na contingência de exaltar a justiça da pretensão, com a convicção de que Vossa Excelência, dotado do alto espírito público que lhe inspira o exercício da presidência do Legislativo Brasileiro, não faltará a reivindicação dos que fizeram por merecer o privilégio de contribuir com a demonstração de sua capacidade pa-

ra atividade dessa augusta casa. O acolhimento à legítima postulação dos concursados fará valer o princípio do Direito e da Justiça ao qual não fica alheia a Ordem dos Advogados do Brasil.

Maurício Correa — presidente da Seção do Distrito Federal."

PRESSÕES

Vários setores do funcionalismo público da União estão desenvolvendo gestões sigilosas junto ao Palácio do Planalto para tentar conseguir que o presidente Figueiredo assine, antes do dia 15 de março, a portaria que concederá aumento a diversas categorias preteridas (como os comunicadores sociais, geógrafos, sociólogos e outros, num total de cerca de 10.000 funcionários), reivindicação que foi feita oficialmente por meio de uma exposição de motivos enviada ao presidente no último dia 15, pelo diretor-geral do Dasp, José Carlos Freire.

No documento está discriminado todo o quadro de vantagens que são concedidas às diversas categorias funcionais (especialmente às ligadas ao setor jurídico) e pedido que os mesmos benefícios sejam estendidos aos servidores dos setores com menor poder de mobilidade junto aos órgãos públicos.

Mas, o que não dá para ler nas entrelinhas do documento é a verdadeira situação de privilégios e vantagens que reina hoje no meio funcional da União, segundo uma fonte com acesso ao Planalto e ao Dasp.

"Verdade é que os advogados — distribuídos pelas mais variadas categorias, que vão de procurador a assistente jurídico —, com grande poder de pressão, desfrutam de uma situação privilegiada, desde o início de toda esta história" — explicou o funcionário.

HISTÓRIA ANTIGA

Segundo a mesma fonte, a história das gratificações do funcionalismo público da União teve início na década de 70, quando foi feito o Plano de Classificação de Cargos. Nessa época, o governo procurou equiparar seus salários com a medida paga pela iniciativa privada.

Mas, por volta de 1975, com o crescimento da curva inflacionária, esses salários já estavam defasados. Foi então que algumas categorias mais fortes e mais unidas — como as integradas pelos advogados — começaram a pressionar o governo, conseguindo as primeiras gratificações.

"Naquela época, funcionou a filosofia do vamos dar para quem aperta mais", continuou a fonte. E foi assim que as categorias mais fortes e com poder de arregimentação, gradativamente, foram conseguindo suas gratificações.